



4961798



00135.226740/2023-43



Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania  
Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa  
Secretaria do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa

**ATA DA 125<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA  
- CNDPI**

**REALIZADA NO DIA 24 DE ABRIL DE 2025**

Brasília, na data da assinatura.

No dia vinte e quatro de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, no Gabinete de Gestão e Informação (GGI) do Palácio Iguaçu, e na Sala de Situação do Palácio das Araucárias, em Curitiba-PR, foi realizada a 125<sup>a</sup> Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa - CNDPI. Estiveram presentes na reunião os seguintes participantes: Conselheiros(as) Governamentais - Marilda Oliveira de Brito Cohen, (MCID); João Luiz Andrade Filho (MCTI); Shirlei Correa Rodrigues (MINC); Mirian da Silva Queiroz Lima, (MDS); Alexandre da Silva (MDHC); Cleide Lemes da Silva Cruz (MIR); Anatalina Lourenço da Silva (MTE); Rodrigo Morales Canez (MTUR). Conselheiros(as) da Sociedade Civil - Raphael Franco Castelo Branco Carvalho (CFOAB); Graciliana Celestino Gomes da Silva (Coletivo Indígena Wakonã); Luiz Legnâni, (COBAP); Rosangela Maria Lucinda (CFOAB); Eni Carajá (MORHAN); Bernadete Dal Molin Schenatto (PPI); Suzimar Delaroli Ribas (SESC); Epitácio Luiz Epaminondas (SINTAPI-CUT); Marco Antônio Guilherme dos Santos (SINTAPI-CUT); Betânia Maria Pereira das Santos (COFEN); Arilda de São Sabbas Pucú (AME); Cristiane Branquinho Lucas (AMPID); Norivaldo Pereira de Lima Júnior (Aliança Nacional LGBTI+); Raimunda Goreth Assunção Espindola (ABRAZ); Marlene Aparecida Gonçalves (APNs); Denise Luci Castanheira (ANADEP); Isabel de Fátima Amorim Gonzalez Lopizic (ANG Brasil); Renata Marinho Pereira (SBGG). Servidores do MDHC – Ana Lúcia da Silva (CG-CNDPI); Cleyton Caixeta Alves (CG-CNDPI). Convidados(as) - Sra. Shirley Cristina; Sra. Simone Costa; Sr. Oscalino de Melo; Sra. Jamily Cristine S. da Silva; Sra. Taiuane Marquine Sra. Karen S. Funcker; Sra. Lucimeri S. Bezerra; Sra. Célia de J. S. M. de Paula; Sra. Fernanda Salles; Sr. Roni Matias; Sr. Vinicius Moher; Sr. Eduardo A. Araújo; Sra. Maria M. Manini; Sra. Elaine Scantamburlo; Sra. Andressa L. Stockler; Sr. José Roberto Jordão Junior; Sra. Isadora A. Panza; Sra. Amanda Correia Santos; Sra. Sandra Michellin; Sra. Larissa Marsolik; Sr. Jorge Nei.

**Abertura da reunião: Manhã - O Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** iniciou a 125<sup>a</sup> Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa – CNDPI, cumprimentando todos os presentes. Seguidamente, fez um agradecimento especial ao Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Paraná, e à Secretaria Estadual da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa do Paraná, na figura da Sra. Larissa Marsolik, ao Governo do Estado do Paraná e a Prefeitura de Curitiba/PR. Adiante, realizou a leitura da pauta, que segue: 1. Abertura e verificação do quórum; 2. Aprovação das Atas da 123<sup>a</sup> RO e da 124<sup>a</sup> RO; 3. Relato da Comissão Organizadora da 6<sup>a</sup> CONADIP; 4. Composição das subcomissões da Comissão Organizadora Nacional (CON); 5. Relato das Comissões Permanentes; 6. Informes gerais; 7. Encerramento. Posteriormente, o **Conselheiro Luiz Legnâni** lembrou do **Sr. Benedito Marcílio**, que faleceu no dia 22 de abril, depois de sofrer uma queda em sua residência. Ele que foi um grande militante da causa do envelhecimento. Diante disso, foram prestadas as condolências do Colegiado. Com a palavra, o **Secretário Alexandre da Silva** cumprimentou os presentes e expressou sua alegria pela participação ampla das entidades e ministérios. Agradeceu a dedicação dos conselheiros(as), especialmente daqueles que, mesmo enfrentando dificuldades pessoais,

mantêm-se ativos nas ações do conselho. Ressaltou a importância das reuniões descentralizadas para aproximar o Conselho Nacional das realidades locais e sugeriu que fosse feito um balanço das ações em andamento relacionadas às conferências, com definição clara das responsabilidades de cada entidade e ministério. Encerrou destacando a riqueza da diversidade espiritual vivenciada durante o encontro, reconhecendo esse aspecto como um exemplo positivo de envelhecimento multicultural. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** agradeceu à Sra. Larissa Marsolik, e à sua equipe pela recepção e apoio à realização da reunião, destacando a eficiência e o cuidado no acolhimento aos participantes. Em seguida, informou que passaria a palavra à Sra. Larissa Marsolik para uma saudação e, na sequência, ao Presidente do Conselho Estadual Sr. Jorge Nei, antes da retomada da pauta do dia. A **Sra. Larissa Marsolik** saudou os presentes, agradeceu a oportunidade de sediar a reunião do CNDPI no Estado do Paraná e destacou a emoção e a importância da pauta da pessoa idosa em sua trajetória como servidora pública. Relatou sua experiência de mais de 20 anos no governo estadual e o compromisso do Estado com a construção de políticas públicas voltadas ao envelhecimento, ressaltando a importância da participação social e da representação nos espaços de decisão. Informou que a reunião estava sendo realizada em um espaço simbólico – o Palácio do Governo – como forma de reconhecer a relevância do Conselho Nacional e do tema em debate. Agradeceu à equipe técnica da diretoria da pessoa idosa pela atuação e reforçou a parceria com o Conselho Estadual, universidades e entidades da sociedade civil. Convidou os conselheiros(as) a participarem da conferência estadual. Finalizou reforçando a acolhida em nome do governador Sr. Ratinho Júnior e da secretária de Estado, Sra. Leandre Dal Ponte. O **Sr. Jorge Nei** iniciou saudando os presentes e destacando a importância da atual composição plural e representativa do CNDPI. Ressaltou sua trajetória na militância da pauta da pessoa idosa e no controle social, e compartilhou os esforços do Conselho Estadual para viabilizar a realização das conferências municipais nos 399 municípios paranaenses. Apontou os desafios enfrentados, especialmente nos municípios de pequeno porte, e reforçou a importância de garantir o protagonismo das pessoas idosas nos processos conferenciais. Enfatizou a urgência das discussões sobre cuidado e sobre quem cuida, diante do crescente número de pessoas idosas que cuidam de outras. Finalizou reafirmando o compromisso do Paraná com a pauta e colocando-se à disposição do Conselho Nacional. Em seguida, passou-se ao item: Aprovação das Atas da 123ª Reunião Ordinária do CNDPI e da 124ª Reunião Ordinária do CNDPI. Não havendo considerações e tendo os pedidos de alteração acolhidos, as Atas foram aprovadas à unanimidade pelos conselheiros(as) presentes. Ato contínuo, seguiu-se ao item: Relato da Comissão Organizadora da 6ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (6ª CONADIP). Com a palavra, a **Conselheira Bernadete Dal Molin Schenatto** inferiu que, dentro das datas presentes no calendário, as Conferências Municipais devem ser realizadas até o final de junho de 2025, para que sirvam de base para as Conferências Estaduais. Diante disso, serão solidificadas as propostas apresentadas pelos municípios, pois lá que estão estampadas as velhices e suas múltiplas culturas. Já as Conferências Estaduais e Distrital devem acontecer até o final de agosto de 2025, para que sirvam de base para Conferência Nacional, no período de 5 a 8 de novembro de 2025. Reforçou sobre a importância das conferências, pois encontra-se o caminho que deve ser percorrido dentro do Brasil, junto ao Poder Público e a Sociedade Civil. Após, a **Coordenadora-Geral Ana Lúcia da Silva** pontuou que foram realizadas algumas deliberações de sites e documentos que já se encontram disponíveis para que as pessoas possam acessar por meio do site do CNDPI e das entidades parceiras. Solicitou aos conselheiros(as) presentes que possam fazer uma sensibilização nas equipes de comunicação para que auxiliem na divulgação das informações das conferências. Seguidamente, o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** registrou e agradeceu à Sra. Sandra Michelin pelo convite para visitar a sede nacional da Pastoral da Pessoa Idosa (PPI) e reforçou a importância da PPI, pois é um trabalho que exerce uma repercussão social e alcance em todo país. Adiante, a **Sra. Sandra Michelin** agradeceu a disponibilidade do **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** em ir à sede da Coordenação Nacional da PPI, pois foi algo de extremo significado para a missão realizada. Retornando a pauta da 6ª CONADIP, o **Secretário Alexandre da Silva** inferiu que no período de realização da Conferência Nacional ocorrerá a COP30, que é um evento muito importante e estratégico para o país. Diante disso, a agenda do conselho precisa considerar o evento e tudo que está em torno dele, observando a agenda dos representantes e entidades, que participam do CNDPI, que estarão envolvidas nas pautas. Reforçou que é necessário atenção aos pequenos municípios que também realizarão conferências e passam pelo processo de envelhecimento. Finalizou solicitando que essas informações sejam constantemente atualizadas para que não haja intercorrências. Em seguida,

a Coordenadora-Geral Ana Lúcia da Silva informou que a 6<sup>a</sup> CONADIPI traz um espaço de debate das conferências livres que podem ser realizadas no bairro, município, cidade e estado da entidade representativa da referência ou da política que se defenda. Então, existem vários instrumentos para estar instigando as pessoas por todo Brasil. A Conselheira Anatalina Lourenço da Silva ponderou que as conferências temáticas possuem conferências livres, chamadas pelo Movimento Social, o qual não elegem delegados, mas são elaborados documentos que são encaminhados para a Conferência Nacional. Após, a Conselheira Arilda de São Sabbas Pucú pontuou sobre a importância das Conferências Livres Nacionais, pois é uma possibilidade de expansão para atingir outros públicos, com questões que, talvez, não tenham ampla aceitação e liberdade de possibilidade nas Conferências Municipais e Estaduais. Seguidamente, o Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho informou que todos os Conselhos Estaduais foram oficiados, solicitando informações acerca do processo de conferência municipais e boa parte já estão realizando ou irão realizar, nos próximos dias, e estão buscando o feedback de retorno dos estados sobre os quantitativos. Também registrou agradecimentos à PPI e a CONTAG por auxiliar na divulgação da conferência. Adiante, foi realizada a composição das Subcomissões, que segue: *Subcomissão Temática e Relatoria* - Simone Castro, João Luiz Andrade Filho, Suzimar Delaroli Ribas, Arilda de São Sabbas Pucú, Eni Carajá Filho, Betânia Maria Pereira das Santos, Maria Bethânia Jatobá, Marco Antônio Guilherme dos Santos. *Subcomissão de Comunicação* - Bernadete Dal Molin Schenatto, Renato Gregório, José Barbosa, Isabel de Fátima Amorim Gonzalez Lopizic, Cleide Lemes da Silva Cruz, Raimunda Goreth Assunção Espindola, Renata Marinho Pereira, Rosangela Maria Lucinda. *Subcomissão de Articulação e Mobilização* - Kely Pessoa, Marlene Aparecida Gonçalves, José Barbosa, Tereza Cristina Nascimento, Renato Gregório, Maria Angélica Gomes, Rodrigo Morales Canez, Bernadete Dal Molin Schenatto. *Subcomissão de Infraestrutura e Logística* - Lídia Rafaela Barbosa dos Santos, Alexandre da Silva, João Luiz Andrade Filho, Luiz Legnâni, Mirian da Silva Queiroz Lima, Epitácio Luiz Epaminondas. *Subcomissão das Conferências Livres Nacionais* - Renato Gregório, Graciliana Celestino Gomes da Silva, o Epitácio Luiz Epaminondas, Betânia Maria Pereira das Santos, Norivaldo Pereira de Lima Júnior, Bernadete Dal Molin Schenatto. **Abertura da reunião: Tarde - O Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** iniciou a sessão da tarde cumprimentando todos os presentes e, em seguida, abriu a palavra aos participantes. A Conselheira Graciliana Celestino Gomes da Silva, destacou o compromisso do Coletivo Indígena Wakonã, com a construção da política voltada à população idosa indígena. Informou que, no contexto da 6<sup>a</sup> CONADPI, já iniciou as articulações e mobilizações, incluindo a realização de capacitações para conselheiros(as) estaduais em Alagoas, com foco em acessibilidade e participação das comunidades tradicionais. Relatou que, com apoio de organizações locais no Amazonas, está prevista a realização de uma conferência livre entre os dias 17 e 25 de julho, com participação de povos indígenas da região Norte. Também ressaltou a preocupação com a ausência de compromisso de algumas gestões municipais e estaduais na realização das etapas conferenciais, e afirmou que, se necessário, promoverão conferências livres para garantir a participação da sociedade civil. Solicitou apoio da SNDPI para viabilizar essas ações. Finalizou reiterando seu comprometimento, enquanto conselheira nacional, com a participação efetiva dos povos indígenas em todas as etapas da 6<sup>a</sup> CONADIPI. O Conselheiro Eni Carajá Filho destacou a importância da realização de conferências livres e propôs que o MORHAN colabore com a 6<sup>a</sup> CONADIPI por meio da TV MORHAN, promovendo uma conferência com alcance nacional. Sugeriu que essa conferência seja ampliada para envolver outros movimentos e grupos sociais. Reforçou a necessidade de garantir que movimentos locais também possam organizar conferências livres, contribuindo para o processo conferencial de forma descentralizada. Manifestou preocupação com o debate sobre o Plano Nacional de Envelhecimento Saudável, questionando quando ele será tratado e se fará parte das discussões da 6<sup>a</sup> CONADIPI. Defendeu que o Congresso Nacional e o próprio Presidente da República devem conduzir o processo de ratificação da Convenção Interamericana sobre os Direitos das Pessoas Idosas, ressaltando a importância de sua aprovação antes da conferência, como forma de fortalecer os debates. O Conselheiro Norivaldo Pereira de Lima Júnior, destacou a importância do engajamento de pessoas trans e travestis na 6<sup>a</sup> CONADIPI. Informou que está buscando cooperação com outras entidades para a realização de conferências livres, com o objetivo de garantir a participação de representantes da comunidade LGBTQIA+ na etapa nacional. Solicitou que os conselhos municipais e estaduais incentivem a inclusão da população LGBTQIA+ nos processos conferenciais, ressaltando que, apesar de haver destaque para outros grupos sociais como indígenas e negros, a comunidade LGBTQIA+ ainda é muitas vezes esquecida. Reforçou que existem pessoas idosas LGBTQIA+

que precisam ser reconhecidas e contempladas nas políticas públicas. O Conselheiro João Luiz Andrade Filho propôs que houvesse uma abrangência acerca do envelhecimento da pessoa com deficiência, e que a subcomissão temática pudesse tratar dessa temática. O Conselheiro Epitácio Luiz Epaminondas, ressaltou a diferença entre quem nasce com deficiência e quem a adquire posteriormente, exigindo processos distintos de adaptação e reaprendizagem. Reforçou a importância de integrar todas essas interseccionalidades — racial, etária, de deficiência e de orientação sexual — nas propostas das conferências. Sugeriu que o material das comissões seja consolidado e que se garanta a inclusão dos temas que porventura ainda não tenham sido contemplados, como a pauta da população negra e da comunidade LGBTQIA+. Defendeu o encerramento das discussões internas e a organização dos documentos finais para avançar com os encaminhamentos da conferência. Em seguida, o Secretário Alexandre da Silva ressaltou a importância de ações práticas e busca ativa para garantir a participação de pessoas idosas, especialmente de comunidades periféricas e tradicionais. Alertou para o risco de exclusão por falta de mobilização e acessibilidade. Criticou a falta de visibilidade da pauta em espaços conservadores e citou o desrespeito a uma representante indígena como exemplo das barreiras estruturais. Propôs ampliar a rede de participação e adotar medidas efetivas para inclusão real. Ato contínuo, O Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho informou que os encaminhamentos, foram definidas as subcomissões e apresentado o relatório de trabalho. Relembrou a proposta de realização de um seminário virtual com foco na diversidade da velhice (LGBTQIA+, população negra, povos indígenas), que ainda não foi realizado. Sugeriu retomar essa iniciativa como estratégia de sensibilização para a Conferência. Perguntou ao colegiado se houve outros encaminhamentos a serem levados para a Comissão Organizadora ou votados. O Conselheiro Eni Carajá Filho inferiu que falta, por parte da Comissão Organizadora, a indicação de um Plano de Enfrentamento ao Plano Nacional de Envelhecimento Saudável, bem como colocar como tema central o debate acerca da ratificação da Convenção Internacional. Em resposta, o Secretário Alexandre da Silva informou que está sendo construído o Plano Nacional e faz parte dele planejar e pensar sobre o envelhecimento e as pessoas idosas. Sua data prevista para lançamento seria a data alusiva ao Dia Internacional de Conscientização Contra a Violência à Pessoa Idosa. O Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho informou que além da Conferência, há outras pautas importantes em andamento, como a proposta de criação da lei de criação do colegiado, que definirá sua estrutura, funcionamento e atribuições legais. Embora não aprofundado neste momento, o tema vem sendo trabalhado em parceria com a Secretaria Nacional da Pessoa Idosa. Também foi sugerido que, na reunião de junho, seja convidado o novo presidente da Comissão dos Direitos da Pessoa Idosa (CIDOSO) para estreitar o diálogo. Após, passou-se ao item: Relato das Comissões Permanentes. Com a palavra, o Conselheiro Epitácio Luiz Epaminondas proferiu o Relato da Comissão de Orçamento e Fundo Nacional do Idoso. Informou que atualmente, há R\$ 527 mil disponíveis na conta do Fundo Nacional do Idoso. Para que o descontingenciamento possa ser discutido e superado, é necessário empenhar esse valor. O conselho precisa construir um plano de trabalho articulado entre os conselhos municipais, estaduais e o nacional. Foi ressaltado que, enquanto alguns conselhos locais estão bem estruturados, o Conselho Nacional ainda enfrenta limitações financeiras e estruturais. É preciso avançar no diálogo com o Parlamento, buscando apoio político — inclusive, por meio de articulação com estados e pressão popular. Outro ponto importante é garantir que o CNDPI tenha uma base legal sólida, por meio da aprovação da lei de criação, para impedir retrocessos e interferências políticas, como conselhos capturados por interesses pessoais (“chancelaria”). Por fim, esclareceu que a Comissão de Fundos não executa o orçamento, mas ordena e acompanha a destinação conforme as decisões do colegiado. Seguidamente, a Conselheira Cristiane Branquinho Lucas realizou a apresentação do Relato da Comissão de Normas. Informou que a Comissão está em tratativas finais para apresentação da resolução relativa às ILPIs — Instituições de Longa Permanência para Idosos — especialmente quanto à formalização dos contratos de prestação de serviço e à deliberação do percentual de contribuição dos idosos institucionalizados, conforme previsto no Estatuto da Pessoa Idosa. Destacou que, embora o teto legal seja de até 70%, há pouca ou nenhuma deliberação dos conselhos sobre essa definição, o que tem gerado interpretações automáticas por parte de instituições e órgãos do sistema de justiça, como o Ministério Público. A comissão entende que essa deliberação deve levar em conta situações específicas, como idosos com empréstimos ativos, ou em instituições conveniadas via Mirosc, podendo o percentual ser ajustado. Outro ponto tratado foi a ausência de anexo na Resolução nº 67/2022, cuja complementação está sendo finalizada. Também foi destacada a

necessidade de os conselhos realizarem o cadastro formal das entidades de atendimento à pessoa idosa, conforme disposto no Estatuto, visando a qualificação da rede e melhor articulação com órgãos como a vigilância sanitária. Reforçou que a comissão vem acompanhando as tratativas para apresentação de um projeto de lei que regulamente, em âmbito legal, a criação do CNDPI, com o objetivo de assegurar a estabilidade institucional e impedir retrocessos administrativos. Por fim, foi apresentada a minuta da Carta de Curitiba, construída a partir da reunião descentralizada, em moldes semelhantes à experiência de Fortaleza. A carta propõe a publicização da experiência do estado do Paraná, que possui conselhos municipais ativos nos 399 municípios, como modelo a ser propagado nos demais estados. A proposta visa o fortalecimento da institucionalidade dos conselhos e a qualificação dos conselheiros, e será submetida à deliberação do colegiado ao final da reunião. Adiante, o Conselheiro Norivaldo Pereira de Lima Júnior apresentou o Relato da Comissão de Temas Relacionados. Informou que a comissão irá deliberar sobre a realização ou não do Webinário com participação das entidades e de todas as comunidades que compõem a comissão. Posteriormente, a Conselheira Bernadete Dal Molin Schenatto iniciou o Relato da Comissão de Articulação e Comunicação. Informou que toda comunicação com os conselhos estaduais e municipais tem sido realizada por meio de circulares assinadas pela presidência, em virtude das tratativas da 6ª CONADIP. Destacou que, após um período de afastamento de aproximadamente dez meses, solicitou o apoio da Conselheira Isabel de Fátima Amorim Gonzalez Lopizic e dos demais membros da Comissão, para complementarem o relato sobre as atividades realizadas. Antes disso, porém, a trouxe à pauta o tema do curso de capacitação de conselheiros(as), cuja proposta foi encaminhada por diferentes estados à análise do Conselho Nacional. Informou que participou da construção do curso no estado do Paraná, em parceria com a Universidade Federal de Viçosa (UFV), e, após leitura dos conteúdos apresentados, considerou que a estrutura técnica dos cursos é sólida, com adaptações regionais feitas pela universidade, sendo que os conteúdos-base se encontram em conformidade com a legislação vigente. Ressaltou, contudo, que a parte legislativa final pode ser atualizada. Manifestou, de sua parte, aprovação quanto ao conteúdo, entendendo que o curso é adequado e deve ser validado pelo Conselho Nacional como referência de formação para conselheiros(as) em todo o país. Na sequência, a Conselheira Isabel de Fátima Amorim Gonzalez Lopizic, deu continuidade ao relato da comissão. Informou que, diante da ausência de conselheiros(as) por motivos de saúde, o grupo seguiu atuando nas últimas reuniões com foco principal em demandas recebidas de conselhos municipais, especialmente no tocante a encaminhamentos relacionados a violações de direitos das pessoas idosas. Informou que a comissão respondeu a essas demandas e também discutiu a cartilha produzida, propondo ajustes e sugerindo uma tiragem ampliada, dada a qualidade do material. Informou ainda que está em elaboração um projeto de implantação de conselhos com fundos municipais, com vistas à ampliação da estrutura institucional em municípios que ainda não os possuem, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. Destacou que a proposta será apresentada oportunamente para deliberação do colegiado. A Conselheira Raimunda Goreth Assunção Espindola reforçou os dados trazidos pela Conselheira Isabel de Fátima Amorim Gonzalez Lopizic, destacando a baixa cobertura de conselhos e fundos na região Norte, especialmente no estado do Pará, onde apenas cerca de 30 dos 144 municípios possuem conselhos ativos com fundo. Relatou que, a partir de um diagnóstico situacional, a comissão estruturou um projeto de implantação simples, adequado às realidades locais, com foco nos municípios de pequeno e médio porte, com o objetivo de promover a equidade federativa na constituição dos conselhos e no acesso a recursos. Finalizando, Conselheira Bernadete Dal Molin Schenatto reiterou que houve consenso na comissão quanto à importância do curso de capacitação apresentado, ressaltando que, embora a construção do conteúdo tenha demandado tempo, trata-se de um material formativo consistente, com potencial de ser adotado nacionalmente. Destacou ainda que eventuais atualizações ou apêndices podem ser acrescentados em parceria com a universidade responsável, caso haja necessidade de incluir novos temas trazidos pelo atual contexto. Em seguida, o Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho fez um resumo acerca das deliberações e encaminhamentos feitos pelas comissões. *Comissão de Fundos - Pleito* acerca do descontingenciamento, buscando sua retirada, deixando alguma ação pronta para que quando haja a disponibilização da verba, essa ação seja direcionada. *Comissão de Normas - Discussão* acerca da Resolução referente às ILPI's que foi publicada sem anexo; Criação de um cadastro das entidades de atendimento por parte dos Conselhos Municipais e Estaduais; Eventual discussão direcionando o Conselho Nacional sobre a utilização do percentual a incidir os benefícios previdenciários e assistenciais,

que tem o limite no Estatuto da Pessoa Idosa de até 70%. *Comissão de Temas Relacionados*- Realização de Webinário, trabalhando com as entidades que atuam na defesa dos vários segmentos. *Comissão de Articulação e Comunicação* - Propôs que a capacitação dos conselheiros e conselheiras sejam feitas para outros estados, entendendo que o material que foi apresentado possui um conteúdo satisfatório; Elaboração de um projeto com o objetivo de fomentar a criação e o fortalecimento de Conselhos e Fundos. Ato contínuo a **Conselheira Cleide Lemes da Silva Cruz** fez apresentação acerca do GT de Educação. Apresentou os encaminhamentos da última reunião do GT, que contou com a participação de representantes da sociedade civil e de instituições. Durante os debates, foi ressaltada a existência de legislações que já preveem a inclusão de temas específicos nos currículos do ensino superior, como a temática étnico-racial (Lei nº 10.639/2003), a história indígena (Lei nº 11.645/2008) e o acolhimento de pessoas com autismo (Lei nº 12.764/2012). Diante desse contexto, o grupo propõe a inserção da temática do envelhecimento e da velhice nos cursos de graduação, de forma transversal, nas diferentes áreas de conhecimento. Como encaminhamentos principais, o GT de Educação propõe: Que o CNDPI convide representantes do Ministério da Educação (MEC) para reunião com a comissão, com o objetivo de dialogar sobre a viabilidade da inclusão da temática do envelhecimento nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação; O planejamento de um seminário virtual, promovido pelo CNDPI, envolvendo as secretarias estaduais e municipais de educação, bem como instituições de ensino superior, com foco na discussão sobre a importância da formação em envelhecimento e velhice no contexto educacional; A articulação da temática do envelhecimento no contexto do evento DLED – Diálogos sobre Leitura e Educação, como estratégia para fortalecer a pauta da educação para o envelhecimento; A divulgação e apoio à campanha nacional já em curso, que propõe a inserção do envelhecimento como conteúdo obrigatório nas instituições de ensino superior. Seguidamente, a **Conselheira Isabel de Fátima Amorim Gonzalez Lopizic** apresentou as considerações sobre o GT de Violência. Apresentou o andamento do GT sobre Enfrentamento da Violência contra a Pessoa Idosa, destacando que o grupo realizou até o momento duas reuniões. Na primeira, foi feita a leitura e análise do relatório final do GT de Enfrentamento à Violência Financeira e Patrimonial, elaborado em junho de 2024. No entanto, a proposta atual do grupo é construir um fluxo de encaminhamento das denúncias de violações de direitos da pessoa idosa, considerando os desafios e fragilidades do sistema atual. O GT avaliou criticamente a proposta inicial de que as denúncias oriundas do Disque 100 fossem encaminhadas diretamente aos Conselhos Estaduais e, destes, aos Conselhos Municipais. A avaliação do grupo é de que os conselhos, especialmente os municipais, não possuem estrutura nem preparo técnico para operacionalizar o recebimento e encaminhamento dessas denúncias com eficácia. Diante disso, o grupo propõe que as denúncias recebidas pelo Disque 100 sejam primeiramente encaminhadas às Secretarias Estaduais de Direitos Humanos, que teriam maior capacidade técnica e institucional para gerir os casos. Essas secretarias, por sua vez, fariam os devidos encaminhamentos aos órgãos e municípios competentes, mantendo o controle e o acompanhamento dos desdobramentos, para garantir que não haja perda de informação ou descontinuidade no atendimento. Na segunda reunião, foi deliberado que seria elaborado um manual sobre violência contra a pessoa idosa, com o objetivo de informar a sociedade, os familiares e os profissionais sobre os tipos de violência, os direitos das pessoas idosas e os fluxos de denúncia e encaminhamento. O material está em fase de construção e será um documento técnico, robusto e ilustrado, podendo futuramente ser disponibilizado como e-book e também em versão impressa, a depender da deliberação do colegiado. Em complemento a **Conselheira Betânia Maria Pereira dos Santos** relatou, explicando que o manual está sendo estruturado em capítulos e conterá: Conceitos fundamentais sobre envelhecimento e violência contra a pessoa idosa; Tipos de violência: física, psicológica, financeira/econômica, patrimonial, negligência, violência sexual e abandono; Informações práticas: o que fazer em caso de suspeita ou confirmação de violência, onde denunciar, quais apoios estão disponíveis; Identificação de possíveis agressores e como lidar com cada situação. Destacou que, embora existam cartilhas e materiais informativos já publicados, a proposta do GT é construir um material mais completo, acessível e objetivo, com linguagem clara, recursos gráficos e base técnica sólida. O conteúdo está sendo desenvolvido com apoio técnico especializado, inclusive com recursos de design e formatação digital. Por fim, o GT propõe que, uma vez finalizado, o material seja apresentado ao colegiado do CNDPI para deliberação, e, se aprovado, será registrado e divulgado amplamente como material oficial do CNDPI, contribuindo como produto concreto desta gestão na pauta do enfrentamento à violência. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** registrou que esteve em reunião com

a nova coordenação do Disque 100, acompanhado da Coordenadora-Geral Ana Lúcia da Silva. Na ocasião, foram levadas preocupações já apontadas pelo Conselho, em especial a necessidade de se estabelecer um fluxo nacional para o encaminhamento de denúncias de violência contra a pessoa idosa. Também foi tratada a proposta de construção de modelos orientadores para fluxos locais e da rearticulação das redes de proteção, como a RENADI. A experiência do Maranhão foi citada como exemplo positivo. Colocados os encaminhamentos das comissões e GTs em regime de votação, e não havendo mais nenhuma consideração, foram aprovadas à unanimidade pelos conselheiros (as) presentes. Adiante, passou-se ao item: Informes Gerais. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** informou que será realizada uma reunião extraordinária para tratar acerca do Processo Eleitoral do Conselho. Ponderou também que foi criado um comitê no âmbito do CNJ sobre a Pessoa Idosa, para criação do Selo Tribunal “Amigo da Pessoa Idosa”, que será concedida pelo CNJ a alguns Tribunais que implementarem algumas metas institucionais. E para participação na comissão avaliadora que será criada, a Conselheira Denise Luci Castanheira, foi designada para representar o CNDPI. Posteriormente, foi realizada a leitura da Carta de Curitiba, que possui a ideia de concentrar assuntos e temáticas que foram debatidas durante a reunião realizada no dia 23 de abril, e que foi construída pelos participantes da Reunião Descentralizada. Em regime de votação e não havendo mais considerações, a carta foi aprovada à unanimidade pelos conselheiros(as) presentes. **Encerramento da reunião:** O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** agradeceu a participação de todos os presentes e encerrou a 125ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa – CNDPI.

### RAPHAEL FRANCO CASTELO BRANCO CARVALHO

Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa

Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil



Documento assinado eletronicamente por **Raphael Franco Castelo Branco Carvalho, Usuário Externo**, em 16/06/2025, às 17:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no **§ 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020**.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **4961798** e o código CRC **30501239**.